



COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

ATA NÚMERO 188/XII/3.ª SL

Aos três dias do mês de abril de 2014, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho na sala n.º 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 186;
2. Fixação da redação final do diploma que Transpõe parcialmente a Diretiva n.º 2013/25/UE, do Conselho, de 13 de maio de 2013, que adapta determinadas diretivas no domínio do direito de estabelecimento e da livre prestação de serviços, em virtude da adesão da República da Croácia, e procede à segunda alteração à Lei n.º 9/2009, de 4 de março [Proposta de Lei n.º 208/XII (3.ª) (GOV)];
3. Fixação da redação final do diploma que Procede à sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro [Proposta de Lei n.º 207/XII (3.ª) (GOV)];
4. Distribuição da Proposta de Lei n.º 213/XII (3.ª) (GOV) - Autoriza o Governo a simplificar o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e a estabelecer o regime contraordenacional respetivo (com conexão à 10.ª Comissão)
Deputado autor do parecer: GP do PSD;
5. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do PCP solicitando a audição urgente do Senhor Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social para prestar esclarecimentos sobre o agravamento da pobreza e as prestações sociais;
6. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Manuel Canavarro (PSD), deu início à reunião pondo em apreciação a ata n.º 186, referente à reunião de 26 de março, a qual, submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

No segundo ponto da Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE, a redação final do diploma que Procede à segunda alteração à Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/25/UE, do Conselho, de 13 de maio, que adapta determinadas diretivas no domínio do direito de estabelecimento e da livre prestação de serviços, devido à adesão da República da Croácia [Proposta de Lei n.º 208/XII (3.ª) (GOV)], tendo sido aprovadas as sugestões constantes da Informação n.º 41/2014/DAPLEN, de 28 de março, no sentido de aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

No terceiro ponto da Ordem do Dia foi também aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE, a redação final do diploma que Procede à sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro [Proposta de Lei n.º 207/XII (3.ª) (GOV)].

No ponto seguinte da Ordem do Dia foi deliberado por consenso que a 10.ª Comissão não irá elaborar o parecer respetivo por verificar-se que as matérias relacionadas com a sua área de competências naquela proposta de lei de autorização legislativa são muito residuais, devendo dar-se conhecimento desse facto à 6.ª Comissão.

No quinto ponto da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) apresentou o requerimento no qual o GP do PCP solicita a audição urgente do Senhor Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social para prestar esclarecimentos sobre o agravamento da pobreza e das prestações sociais.

Usou da palavra em primeiro lugar a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) que começou por dizer que tem sido habitual permitir naquela Comissão a realização das audições requeridas, pelos diversos grupos parlamentares, ao ministro da tutela. Também disse que reconhece a relevância da matéria. Contudo, lembrou que aquele tema tinha sido objeto de um debate de atualidade no Plenário há muito pouco tempo, mais precisamente no dia 26 de março, requerido pelo BE, sobre o aumento alarmante do risco de pobreza em Portugal, que contou com a presença do Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, razão pela qual o GP do PSD não viabilizará a audição requerida.

Também o Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) corroborou que a matéria objeto do requerimento já tinha sido incluída num debate de atualidade.

O Senhor Deputado Nuno Sá (PS) lembrou que o debate em comissão tem sempre um cariz diferente do debate em Plenário e esclareceu que o GP do PS não quer adotar o

princípio de que, tendo havido um debate em Plenário, não faz sentido fazer uma discussão sobre um tema idêntico em comissão. Daí que vote a favor.

No mesmo sentido, o Senhor Deputado Vieira da Silva (PS) disse que, apesar de respeitar a posição da maioria, realçou que um debate de atualidade no Plenário é completamente diferente de um debate em comissão, designadamente no que diz respeito aos tempos de intervenção.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) precisou que quando em comissão se pede a presença de um membro do Governo é para permitir um melhor esclarecimento sobre uma determinada matéria.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) usou de novo da palavra para apelar à maioria, sobretudo ao GP do PSD, para que, dada a importância da matéria, reconsidere a posição assumida, até porque há dados novos, designadamente do INE, sobre hábitos alimentares dos portugueses.

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) respondeu que muito em breve o Senhor Ministro virá à comissão no âmbito da próxima audição regimental.

Submetido à votação, foi o requerimento apresentado pelo GP do PCP rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE.

Em outros assuntos, o Senhor Presidente explicou que tinha sido distribuído um requerimento apresentado pelo GP do PS, que intencionalmente não tinha sido incluído na Ordem do Dia, mas que, se os diversos GP não se opusessem, poderia ser apreciado igualmente naquela reunião. Não havendo oposição, o Senhor Deputado Nuno Sá (PS) disse que era requerida a audição dos responsáveis pelo Instituto da Segurança Social, pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional e a do Inspetor-Geral da ACT, designadamente devido às alterações aprovadas na Legislatura em curso ao Código do Trabalho.

Submetido à votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade. Relativamente à calendarização das audições, foi deliberado incluir um ponto relativo a esse assunto na Ordem do Dia da próxima reunião da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas quinze horas e quinze minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

O Presidente,



(José Manuel Canavarro)

Palácio de São Bento, 09 de abril de 2014.

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Reunião de 03 de abril de 2014

Folha de Presenças

(Ata n.º 188/XII/ 3.ª SL)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Arménio Santos
Artur Rêgo
Clara Marques Mendes
Joana Barata Lopes
João Figueiredo
João Paulo Pedrosa
Jorge Machado
José Manuel Canavarro
Maria das Mercês Borges
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Nuno Sá
Otília Ferreira Gomes
Pedro Roque
Sónia Fertuzinhos
Teresa Costa Santos
Vieira da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Idália Salvador Serrão
Mário Ruivo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva

